

**DA SUBORDINAÇÃO DO CAMPONÊS À SUJEIÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO AGRONEGÓCIO DA
AVICULTURA DE CORTE**

**FROM PEASANT SUBORDINATION SUBJECTION OF FAMILY
FARMING IN THE AGROBUSINESS CUTTING POULTRY**

Maria Marta dos Santos Buriti

Mestre em Geografia-UFPB
martaburiti@geo@gmail.com

Anieres Barbosa da Silva

Doutor em Ciências Sociais, docente do PPGG-UFPB
anieres@uol.com.br

Resumo

As possibilidades técnicas e normativas que servem à racionalidade produtiva da agropecuária moderna foram responsáveis por inúmeras transformações na estrutura socioeconômica do sistema agrário brasileiro. Neste cenário de rápidas e contraditórias mudanças, a reestruturação das relações sociais de produção a partir das condições de ação e sobrevivência do pequeno produtor familiar frente à reprodução ampliada e monopolista do capital tem caminhado antagonicamente entre a reorganização do trabalho familiar em um espaço de luta política e de resistência contra o capital, e a integração do produtor familiar à lógica capitalista de produção. Levando em consideração esta segunda situação, no presente trabalho discutimos a integração do produtor familiar aos sistemas de produção capitalista sob a perspectiva da subordinação imposta pela expansão do capital financeiro e industrial no campo. Desta forma, fez-se uma análise das relações da produção familiar com o agronegócio da avicultura de corte no município de Pocinhos-PB, para entender as formas e a dimensão da subordinação presente nos espaços sociais de vida que se configuram no contexto agrário da reprodução do capital avícola.

Palavras-chave: Camponês. Agricultura familiar. Agronegócio. Avicultura de corte. Pocinhos-PB.

Abstract

Technical and normative possibilities that serve the productive rationality of modern agriculture were responsible for numerous transformations in the structure of socioeconomic context of the Brazilian agrarian system. In this fast, contradictory scenario of changes, the restructuring of the social relations of production from the conditions of action and survival of the small family producer in the face of capital monopoly, has been antagonistically between the reorganization of work in a space of political struggle and resistance against capital as well as the integration of the family producer to the capitalist logic of production. Taking into account the latter situation, in the present work we discuss the integration of the producer to the capitalist production

systems from the perspective of the subordination imposed by the expansion of financial and industrial capital in the countryside. Hence, an analysis was made from the relationships between family production and poultry farming in the municipality of Pocinhos-PB, in order to understand the shapes and dimensions of subordination contained in the social spaces of life which are configured in the agrarian context of poultry capital reproduction.

Keywords: Peasant. Family Farming. Agribusiness. Cutting Poultry. Subordination. Pocinhos-PB.

Introdução

Sob o efeito da expansão das relações capitalistas de produção no campo e da consequente monopolização do território pelo capital financeiro e industrial, o modelo de produção do agronegócio brasileiro tem sido marcado por contradições sociais e territoriais que têm a ver com a forma espacialmente seletiva e socialmente excludente com que o capital busca se reproduzir. Neste contexto, quando se trata das formas e relações assumidas pela agricultura familiar no atual estágio do desenvolvimento do capital no campo, um caminho analítico importante é aquele que leva em conta a subordinação imposta à produção familiar pelas grandes e médias empresas capitalistas.

Essa perspectiva parte da ideia de que a subordinação é um processo estrutural e multifacetado, que em cada momento do desenvolvimento do capitalismo no campo possui um sentido, uma dimensão e um objetivo. É assim que a subordinação, em uma marcha gradativa, intencional e relacional acontece em três estágios diferentes que representam, além das etapas do movimento da expansão do capital no campo, os elementos chaves da transformação social do produtor familiar.

Em seu estágio primário, a subordinação expropria e expulsa o camponês para que o capital possa se apropriar de elementos essenciais à sua reprodução, como a posse da terra e os recursos do território. Em um segundo estágio, a subordinação condiciona o camponês à submissão, o transformando em um sujeito integrado ao modo de produção capitalista, em um dos pilares da interiorização e da territorialização do capital e, de acordo com os pressupostos do debate teórico-ideológico atual, em membro de uma nova categoria social, a agricultura familiar. Já em seu terceiro estágio, a subordinação é imposta pela sujeição da agricultura familiar às relações capitalistas estabelecidas com médias e grandes empresas do setor agroindustrial, onde a dependência da reprodução socioeconômica do produtor familiar das formas integradas de produção é usada como

estratégia para intensificar a difusão de vetores técnicos e normativos que elevam os níveis de modernização e de capitalização no campo.

No caso do agronegócio da avicultura de corte, especialmente nos contextos produtivos regidos pelo sistema de integração entre produtores rurais e empresas avícolas, a relação de subordinação e as suas diversas formas de manifestação, ao mesmo tempo em que tem sido a força que auxilia a territorialização do capital, tem sido também a estratégia de ação que permite a expansão e a reprodução ampliada da atividade.

Situado neste campo de problematização, o presente trabalho busca fazer uma análise das relações da produção familiar com o agronegócio da avicultura de corte no município de Pocinhos, no estado da Paraíba, para entender as formas e a dimensão da subordinação presente nos espaços sociais de vida que se configuram no contexto agrário da reprodução do capital avícola.

Neste cenário de hegemonia do capital avícola, a integração do pequeno produtor familiar ao modo de produção capitalista tem sido um processo marcado por transformações nas relações sociais de produção que não representam, necessariamente, a evolução socioeconômica desses sujeitos. Trata-se, pois, da forma estratégica como a marcha evolutiva do capital no campo, que começou com a atuação de pequenas empresas integradoras e com o domínio do capital comercial e culminou com a monopolização do território pelo capital agroindustrial, determinou e configurou as relações de produção e os espaços sociais de vida para atender a lógica da reprodução ampliada.

Agronegócio, agricultura camponesa e agricultura familiar no atual contexto da questão agrária

No desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, a intensificação e a diversificação das formas de extração da mais-valia multiplicaram os espaços da produção e das trocas, induzindo os espaços agrícolas a inúmeras transformações (ELIAS, 2006). Todavia, a modernidade capitalista que se faz presente no campo a partir de estruturas produtivas altamente tecnificadas e da influência normativa de mercados globais, longe de ser um processo homogeneizador, tem se caracterizado pela soberania e dominação do capital e das grandes empresas capitalistas sobre a propriedade da terra e das relações sociais de produção.

Diante desse contexto, as discussões sobre a questão agrária têm incorporado novos elementos e assumido novos contornos que trazem ao centro do debate a estrutura fundiária, o modo de produção na agropecuária e a redefinição das relações sociais de produção. Nestes termos, os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à concentração da posse da terra; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar (FERNANDES, 2013).

De acordo com Fernandes (2013), a questão agrária corresponde ao movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Por se tratar de um elemento estrutural do capitalismo, a questão agrária a cada novo estágio do desenvolvimento capitalista passa a apresentar novas características e a instigar novas abordagens teóricas.

No período atual, essas novas características giram em torno do novo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista, o agronegócio, e as novas abordagens se concentram na reconstituição da questão agrária em um cenário de expansão das áreas de produção, de consolidação do paradigma da produtividade e da expropriação do pequeno produtor dos seus meios de produção, a terra.

Produto das inovações técnicas, organizacionais e políticas-normativas, o agronegócio se configura como uma nova racionalidade para o uso do tempo e o uso da terra. Para Elias (2006), o agronegócio emerge no cenário atual através de redes agroindustriais dinâmicas, que associam ao longo do processo de produção capitalista, diversos e distintos agentes. Na medida em que se tornou a expressão da reprodução ampliada do capital, o agronegócio tornou-se também uma forma extremamente excludente, que acentua e cria novas desigualdades sociais e territoriais no campo brasileiro.

Nessa perspectiva, o que o agronegócio traz de novo para a questão agrária é a redefinição da forma de exclusão, que se desloca da improdutividade do latifúndio para a produtividade exacerbada do agronegócio (FERNANDES, 2013). Deste modo, a reconfiguração da questão agrária está cingida na base das novas manifestações impostas pelo agronegócio que, entre outros aspectos, tem buscado revitalizar o latifúndio e reconstruir as relações sociais de produção a partir da emergência de sociabilidades

altamente integradas ao modo capitalista de produção, como é o caso da agricultura familiar.

Ao curso de uma territorialidade ampliada, o agronegócio exerce o controle no território de forma abrasiva, subordinando as relações sociais de produção às suas necessidades de reprodução, em um processo que contribuiu para a emergência de novos sujeitos sociais que se diferenciam pela dimensão de sua articulação à lógica do capital.

Em linhas gerais, a composição dessa diferenciação entre os sujeitos sociais é produto da sujeição e da resistência da agricultura camponesa à lógica de reprodução capitalista. Assim, a racionalidade que prevalece é a de que a sujeição do camponês à lógica de reprodução do capital é paralela à emergência da agricultura familiar, enquanto que a resistência do camponês ocorre simultaneamente à recriação do campesinato.

No âmbito analítico, essa relação caminha entre posicionamentos políticos e ideológicos diferentes, que a partir de seus respectivos campos teóricos buscam discutir a significação do produtor familiar diante das novas formas de realização e de reprodução do capital no campo.

Neste contexto, evidencia-se, de um lado, a agricultura familiar como uma construção do agronegócio e, conseqüentemente, como uma nova categoria genuinamente capitalista que se estabelece no campo. Nesta linha de raciocínio, a agricultura familiar é vista como um estágio avançado da agricultura camponesa, que ao atingir certo grau de modernização passa a se integrar ao modo de produção capitalista. Logo, o que sustenta a perspectiva da agricultura familiar como uma nova categoria é a diferenciação entre o agricultor familiar e o agricultor camponês de acordo com a preponderância de elementos cruciais, como a integração ao mercado, o papel do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias na produção (ABRAMOVAY, 1992).

No outro lado desse debate, a agricultura camponesa é vista sob a perspectiva da resistência e da luta contra o capital. Para fins de demarcação conceitual, a agricultura é tida como familiar, mas é concebida como camponesa. Assim, deve-se considerar que o produtor familiar e o produtor camponês são os mesmos sujeitos, apenas vivendo em condições diferentes (FELÍCIO, 2006). Segundo Fernandes (2001, p. 30), pode-se dizer “que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês”.

De acordo com Oliveira (2007), a agricultura camponesa corresponde a uma categoria social criada pelo próprio processo de expansão capitalista, que ao promover a expulsão e expropriação dos camponeses da terra gerou uma classe social que encontra significado na luta para retornar a terra. Tão importante quanto considerar a forma como ocorre à apropriação dos meios de produção e a articulação dos sujeitos ao capital, é compreender a agricultura camponesa no cerne de uma construção ideológica, que tem na luta e na resistência as principais formas de reprodução social. O que isso quer dizer é que não é pela ruptura com o modo de produção capitalista que a agricultura camponesa se ergue, mas pelo estabelecimento de uma nova forma de se relacionar com o capital que parte da desconstrução das desigualdades econômicas, sociais e políticas.

A conformação, em um mesmo cenário, de uma agricultura familiar e de uma agricultura camponesa deve-se ao fato de no capitalismo a recriação do trabalho familiar acontecer tanto na produção das relações capitalistas como não capitalistas, o que resulta em diferentes formas para a reprodução social do produtor familiar. Nestas condições, é preciso considerar o caráter estrutural do movimento do capital, que através de relações capitalistas e não capitalistas é capaz de está em qualquer lugar que possa auferir renda (TSUKAMOTO, 2000).

Em suas configurações atuais, a expansão capitalista no campo tem sido acionada através de um processo dual, que envolve a atuação do capital tanto pela territorialização como pela monopolização do território. No processo de territorialização ocorre a apropriação física do espaço pelo capital, que se territorializa através das empresas e agroindústrias. No segundo caso, o capital encontra-se espacialmente concentrado em pontos estratégicos do espaço geográfico, de onde utiliza os sistemas de redes disponíveis para exercer o seu monopólio nos diversos e distintos territórios compreendidos por seus circuitos de produção.

No curso dessa lógica de ampliação, a diversificação dos meios de apropriação da renda do produtor familiar pelo capital marca à intensificação da sujeição do camponês, que passa a se integrar ao modo capitalista de produção na tentativa de não ser excluído dos processos geradores de renda. Nestas circunstâncias, a agricultura familiar, como categoria genuinamente capitalista, se fortalece como um importante canal para o avanço do capital no campo.

De acordo com Wanderley (2003), a agricultura familiar emerge como uma categoria fortemente influenciada pelas políticas públicas, tanto no que concerne a fomentação do seu significado como no apoio ao seu desempenho. Seguindo o pensamento de Wanderley (2003), ganha destaque neste cenário o papel do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar), que emerge em 1996, e se configura como um mecanismo de legitimação, por parte do Estado, da agricultura familiar tipicamente capitalista. Além da prospecção à consolidação de um conceito teórico-ideológico, o Pronaf, a partir do apoio financeiro ao fortalecimento das atividades econômicas desenvolvidas na produção familiar, tem contribuído para consolidar os aspectos que fazem da agricultura familiar, uma categoria cada vez mais inserida nos moldes capitalistas.

Para Hespanhol (2000), a utilização do termo agricultura familiar na década de 1990 se dá no sentido de designar as unidades produtivas em que a terra, os meios de produção e o trabalho estão vinculados ao grupo familiar. A partir de então, essa categoria passou a ser um reflexo das alterações ocorridas na agricultura brasileira, que aos ditames das políticas neoliberais, se encaixou em um modelo de desenvolvimento rural calcado na expansão capitalista no campo.

Assim, percebe-se que a agricultura familiar é, antes de tudo, condição e consequência da expansão capitalista no campo, de modo que, é no âmbito da reconfiguração de suas relações sociais e de seu papel econômico no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo, que busca o seu significado.

No que tange a configuração das relações sociais de produção no agronegócio da avicultura de corte, as novas formas assumidas pela produção familiar e as condições de sua transformação são inerentes às necessidades pontuais da reprodução ampliada do capital. Em um primeiro momento, a partir do imperativo da apropriação e dominação territorial, o capital avícola passa a regular e a controlar as condições de existência do produtor e de sua família, fazendo da subordinação do camponês a sua porta de entrada no território. A subordinação do camponês é paralela à centralização do processo produtivo na agricultura familiar, que através das condições de sua integração socioeconômica ao sistema de produção se inscreve em outro nível de subordinação, passando, assim, a servir a máxima da expansão territorial e da dinamização da base técnica-normativa da produção.

A territorialização do agronegócio da avicultura de corte no município de Pocinhos-PB e a subordinação do camponês ao capital

Em meio a crescente expansão das fronteiras tecnológicas e geográficas da produção na avicultura de corte brasileira, a participação do município de Pocinhos-PB no circuito produtivo avícola tem se dado a partir do sistema de integração entre empresas integradoras e produtores rurais. No sistema de integração, todo o processo produtivo do frango de corte é coordenado por uma única empresa, que fornece os pintos de um dia, os insumos alimentares e químicos, e toda assistência técnica necessária. Em linhas gerais, esse modelo se caracteriza pela externalização da etapa de criação e engorda dos frangos, que fica sob a responsabilidade dos produtores rurais, porém, sob o controle direto da integradora.

Com uma área territorial equivalente a 628,084km² e com uma população de 17.032 habitantes (IBGE, 2010), o município de Pocinhos se localiza na mesorregião do Agreste paraibano e na microrregião do Curimataú Ocidental. Historicamente associado a uma economia fundamentada na agropecuária tradicional, que teve como base a atividade sisaleira, o município vivenciou nos últimos quinze anos um processo de reestruturação no setor agropecuário a partir da territorialização da avicultura de corte e do monopólio do capital agroindustrial.

Diante desse quadro, o realinhamento da questão agrária em um cenário específico marcado pela preponderância de elementos estruturais do modo de produção capitalista e pela emergência de vetores particulares do modo de produção do capital avícola, clarificou novos conteúdos que se desdobraram tanto em aspectos materiais quanto nas relações imateriais. Desta forma, entre os novos e velhos conteúdos da questão agrária ganha destaque as mudanças, embora modestas, na estrutura fundiária, e a redefinição das relações sociais de produção a partir da subordinação do camponês ao capital industrial e da consequente centralização do processo produtivo na agricultura familiar capitalizada.

A história da posse da terra no município de Pocinhos se mistura com as relações de produção que, em contextos diferentes, consubstanciaram dois ciclos produtivos importantes: o do sisal e o da avicultura de corte. Neste sentido, a análise da estrutura fundiária e de suas alterações recentes se dá no contexto da reversibilidade das relações capitalistas de produção e da redefinição das formas de apropriação do espaço e uso do território pelo capital avícola.

Durante o longo período de inscrição da atividade sisaleira no território, que vai da década de 1960 até meados da década de 1990, as relações de produção instituídas fizeram do latifúndio o pilar central da estrutura fundiária. Dessa forma, o modelo agrário/agrícola predominante esteve baseado, fundamentalmente, na grande propriedade monocultora e na expropriação do pequeno produtor familiar diante da concentração da terra nas mãos de poucos produtores. Com o enfraquecimento da atividade, principalmente na década de 1990, além das desigualdades sociais, o latifúndio passou a expressar também a desfuncionalização econômica e a improdutividade da grande propriedade.

As características impostas pelas relações de produção e pelas formas de apropriação do espaço da atividade sisaleira foram responsáveis por gerar uma herança histórica de desigualdades socioterritoriais, que tem na concentração fundiária a sua principal materialidade. Foram estas estruturas territoriais extremamente concentradas que serviram de base para territorialização da avicultura de corte a partir do final da década de 1990.

Todavia, na contra-racionalidade do processo de expansão capitalista no campo o modelo de desenvolvimento agrário da avicultura de corte, ao invés de ter na modernização do latifúndio o paradigma central da produtividade, teve sua força de reprodução vinculada a multiplicação das áreas de produção, o que institui como tendência a destituição do latifúndio para a criação de novos espaços de produção.

Com essa característica, a expansão da avicultura de corte no município de Pocinhos se deu, inicialmente, a partir da introdução dos novos sistemas de produção nas velhas estruturas territoriais. Porém, na medida em que se acentuaram as necessidades de reprodução do capital avícola, às alterações na estrutura fundiária ganharam relevo e passaram a se projetar no limiar da cooperação entre as demandas sociais, o capital avícola e as políticas públicas de reforma agrária.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE (Tabela 01), é possível perceber que até esse período a desigualdade na posse da terra foi predominante, visto que 1125 imóveis rurais com menos de 50 hectares totalizavam 21,2 % da área total, enquanto 137 imóveis com mais de 50 hectares detinham 78,8% da área total, o que significa dizer que o cerne da estrutura fundiária residia na concentração da grande propriedade nas mãos de poucos proprietários.

Tabela 1- Estrutura fundiária do município de Pocinhos- PB (2006)

| Classe de área (ha) | Número de imóveis | Número de imóveis (%) | Área total (ha) | Área total (%) |
|---------------------------|-------------------|-----------------------|-----------------|----------------|
| Menos de 10 ha | 827 | 65,5 | 2.710 | 6,4 |
| De 10 a menos de 20 ha | 156 | 12,4 | 2.174 | 5,1 |
| De 20 a menos de 50 ha | 142 | 11,3 | 4.145 | 9,7 |
| De 50 a menos de 100 ha | 54 | 4,3 | 3.579 | 8,4 |
| De 100 a menos de 200 ha | 37 | 2,9 | 4.874 | 11,4 |
| De 200 a menos de 500 ha | 29 | 2,3 | 9.419 | 22,1 |
| De 500 a menos de 1000 ha | 11 | 0,8 | 6.730 | 15,8 |
| De 1000 a menos de 2500 | 06 | 0,5 | 8.972 | 21,1 |
| TOTAL | 1262 | 100,0 | 42.603 | 100,0 |

Fonte: IBGE, 2006.

Esse quadro, ainda que de forma tímida, começa a sofrer mudanças principalmente a partir de 2008, quando o dinamismo da avicultura de corte no campo pocinhense torna-se paralelo a multiplicação dos projetos de redistribuição de terras orientados pela chamada Reforma Agrária de Mercado. A Reforma Agrária de Mercado consiste em um modelo de compra e venda de terras, inserido na estratégia de alívio da pobreza rural do Banco Mundial, em que os vendedores são pagos à vista a preço de mercado, e os compradores, financiados pelo Estado, assumem integralmente o custo do imóvel (PEREIRA, 2004). Em linhas gerais, a Reforma Agrária de Mercado representa a transitoriedade das políticas públicas pela relação dialética do alívio das desigualdades e das tensões sociais no campo, com a integração ao cenário macroeconômico.

Entre os anos de 2008 e 2016, os processos de redistribuição de terras que impactaram de alguma forma a estrutura fundiária no município de Pocinhos ocorreram principalmente através do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Contudo, a redistribuição de terras através da desapropriação de latifúndios improdutivos também foi identificada.

No que concerne à realização de projetos de reforma agrária via desapropriações, as alterações na estrutura fundiária contaram com a desapropriação de uma área de 1715,7 ha, o que corresponde a 4% da área total. Esse processo se deu no contexto da criação de dois assentamentos rurais: o assentamento Primeiro de Maio, criado em 2010, e o assentamento Gravatá, criado em 2013. Juntos, esses assentamentos beneficiaram 38 famílias.

Em relação à reorganização da estrutura fundiária a partir da atuação do PNCF, nota-se um aumento tanto na quantidade da área abrangida quanto no número de novas propriedades criadas. A área compreendida pelos processos de compra e venda de terras foi de 2091,6 ha, o que equivale a 4,9% da área total. Esse processo, entre 2010 e 2014 resultou na criação de 91 novos estabelecimentos agropecuários, que possuem em média 20 ha, e que estão distribuídos entre quatro assentamentos.

A relação existente entre a reprodução do capital avícola e as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura fundiária no município de Pocinhos é percebida, primeiro, pelo modo particular como a avicultura de corte se apropria do espaço e usa o território para auferir mais-valia. Isso porque, a avicultura de corte, distinguindo-se de outras atividades do agronegócio brasileiro, demanda uma área territorial de produção agropecuária pequena, sendo o grande latifúndio desnecessário para o uso racionalizado do espaço e do capital.

Em segundo lugar, a relação aqui estabelecida entre o desempenho da avicultura de corte e as mudanças recentes na estrutura fundiária pocinhense, respalda-se na dependência historicamente criada entre a reprodução socioeconômica dos pequenos agricultores familiares do município e a atividade avícola. A avicultura de corte é a atividade mais expressiva da agropecuária pocinhense, destacando-se com um rebanho que chega a 1.250.000 cabeças (IBGE, 2016), e que responde por mais de 74% da geração de renda no campo. Diante da soberania da avicultura de corte no espaço e na economia local, criou-se um elo, uma dependência, entre a reprodução socioeconômica dos novos territórios criados pelos processos de redistribuição de terras e a avicultura.

Desta forma, o que se percebe é que a dinâmica operacional imposta pela avicultura vem revestindo a estrutura fundiária com novas lógicas de apropriação do espaço e de uso do território, que se diferenciam dos modelos herdados do processo histórico-formativo da propriedade da terra. Neste contexto, apesar das transformações

ainda serem lentas e recentes, é possível identificar que a relação entre o capital avícola e as alterações na estrutura fundiária se constrói tanto pelo sentenciamento da desfuncionalização econômica do latifúndio, como pela necessidade de reprodução do capital a partir da multiplicação dos espaços da produção nos novos territórios criados pelos assentamentos.

Apesar desses desdobramentos na estrutura fundiária, é válido salientar que a territorialização da avicultura de corte e o estabelecimento de um modelo agrário pautado pela forma particular como se apropria do espaço e usa o território, não eliminou os desequilíbrios socioterritoriais historicamente construídos, mas recriou-os dentro de uma nova lógica, cujo vetor principal não é mais a posse da terra propriamente dita, mas, sim, os conteúdos técnicos-normativos que nela se instalam.

De tal modo, quando se trata da reconfiguração das relações sociais de produção e das novas formas que estas assumem a partir da territorialização da avicultura de corte, a lógica de produção imposta se caracterizou pela determinação de processos de subordinação do camponês a lógica do capital industrial.

No que diz respeito à subordinação do camponês a partir de sua integração ao modo de produção capitalista, esta se deu no âmbito da instalação das empresas avícolas, que a partir do estabelecimento de contratos de integração com os pequenos produtores passaram a determinar o que seria produzido no campo e como seria produzido, criando, assim, uma nova dimensão para a articulação entre esses sujeitos e o capital que os inseriu em uma nova categoria social, a agricultura familiar.

Em outras palavras, esse processo reflete a apropriação da renda da terra pelo capital avícola e a emergência de uma sociabilidade ajustada às suas necessidades de reprodução. Para que a avicultura de corte viesse a se constituir como atividade produtiva dominante, o capital sujeitou a renda da terra à sua lógica de produção e de circulação, fazendo da agricultura familiar o caminho mais fácil para o estabelecimento da ordem produtiva responsável por gerar a renda da terra, que é extraída em forma de capital através do processo de circulação.

De acordo com Oliveira (2007), a renda da terra é expressa pela forma como as relações capitalistas de produção ou não capitalistas se estabelecem no sentido de obter renda. Segundo o autor, quando se trata das atividades agropecuárias, a renda da terra consiste no produto do trabalho excedente, ou seja, consiste na parcela do processo de

trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência.

A renda da terra, nas tramas capitalistas atuais é um dos componentes da mais-valia, sendo na soma total da arrecadação o valor acima do lucro imediato do produtor. Dessa forma, é extraída do produto produzido pelo produtor através da circulação, ou seja, no contexto das estratégias de agregação de valor que se constroem pelas trocas de mercadorias.

No limiar da sujeição da renda da terra na avicultura de corte, a agricultura familiar se colocou para o movimento do capital como um mecanismo capaz de absorver a regulação imposta ao território. Foi a partir da centralidade do processo produtivo nas relações estabelecidas com a agricultura familiar, que o capital avícola buscou executar o conjunto de suas múltiplas determinações para realizar o seu processo de produção e de circulação de mercadorias.

Dessa forma, a subordinação do produtor familiar às imposições do modo de produção da avicultura de corte se dá por meio da preponderância da circulação na composição da renda da terra, o que tem feito com que o capital avícola conduza as relações de integração com os produtores a partir da determinação de modelos técnicos e produtivos que atendem a sua necessidade de movimentação no ambiente competitivo demarcado por sua atuação.

A monopolização do território pelo capital agroindustrial e a sujeição da agricultura familiar

Ao longo do seu processo evolutivo, a avicultura de corte tem se caracterizado pela intensa relação estabelecida com a agricultura familiar, que ganhou importância através da consolidação do modelo de produção integrada. Neste cenário, o sistema de integração apresenta-se como uma estratégia fundamental para reprodução ampliada do capital agroindustrial, que através de uma territorialização expandida e da monopolização do território se apropria cada vez mais do trabalho e da renda da terra gerada pelo produtor familiar.

Em face dessa situação, as relações de produção estabelecidas entre a agricultura familiar e as agroindústrias no âmbito dos contratos de integração têm sido notadamente assimétricas e direcionadas para a subordinação e a sujeição do produtor familiar ao

capital agroindustrial. Segundo Tsukamoto (2000, p. 130), na medida em que as relações capitalistas de produção se modernizaram, ocorreu uma pressão para que o produtor familiar aderisse paulatinamente às imposições do capital industrial. Em termos simples, isso significa dizer que nos interstícios de cada relação estabelecida entre a agricultura familiar e as agroindústrias sempre irá predominar um nível e um grau de subordinação, necessários a disseminação dos vetores que servem a racionalização do território e dos agentes pelo capital.

Em conformidade com o pensamento de Tsukamoto (2000, p. 131):

A subordinação do produtor à indústria se dá por meio da comercialização. Conforme a relação que o produtor mantém com a indústria, obtendo financiamento dos insumos, por exemplo, a matéria-prima produzida é utilizada para saldar as dívidas contraídas. Essa dívida é muitas vezes saldada, compulsoriamente, via contra entrega da matéria-prima, sendo incluída aí os juros e correções.

Nesta linha de raciocínio, a subordinação do produtor familiar ao capital agroindustrial se constrói a partir do momento em que o capital passa a regular e a controlar as condições de existência do produtor e de sua família (MARTINS, 1983 apud TSUKAMOTO, 2000). Na medida em que ocorre a integração entre o produtor familiar e a agroindústria, o capital agroindustrial, ao se apropriar da matéria-prima produzida no campo atrai para si a capacidade de decisões que pertencia ao produtor.

O fato dos produtores perderem para o capital o direito de decidir sobre o processo de produção que serve ao sustento de sua família, colabora para uma alienação política e ideológica, que faz com que esses agentes se subordinem à agroindústria em nome de uma suposta manutenção ou melhoria da renda gerada pela integração (ENGELBRECHT, 2014). É com esta concepção que os produtores, ao se integrarem ao capital agroindustrial, passam a adotar o modelo produtivo, organizacional e técnico imposto.

A subordinação dos produtores familiares às agroindústrias nada mais é do que uma estratégia para que não sejam expropriados da terra. Nestas condições, a subordinação se explica pela possibilidade de um retorno econômico mais rápido e regular dos investimentos realizados, através da comercialização direcionada da matéria-prima produzida (SILVA; HESPANHOL, 2009). Assim, a relação de subordinação se perpetua, de um lado pelos interesses do capital e, por outro, pelas necessidades do produtor familiar.

Sinalizando essas duas situações, a relação de subordinação construída entre a agricultura familiar e o capital agroindustrial no município de Pocinhos-PB, deve-se ao interesse do capital em cristalizar o seu domínio no território e ao fato dos agentes locais terem suas principais vias de reprodução social e econômica no campo vinculadas exclusivamente as relações capitalistas de produção estabelecidas na avicultura de corte.

Conforme discutido anteriormente, a territorialização do capital avícola no campo no município de Pocinhos se deu no contexto da subordinação da agricultura camponesa às novas relações capitalistas de produção instituídas pela avicultura de corte. Dessa forma, a agricultura familiar já se insere no circuito produtivo da avicultura de corte em uma situação de sujeição, que começou com a apropriação da renda da terra pelo capital avícola e se alargou pelas imposições advindas do relacionamento econômico e financeiro dos produtores com as empresas integradoras.

Com a influência do capital agroindustrial, a relação de subordinação já existente ganhou novos contornos, que expressam, de forma geral, a sujeição da agricultura familiar aos novos interesses competitivos, organizacionais e produtivos que demarcam a cena concorrencial dos circuitos produtivos agroindustriais. Nestes termos, na ordem dos fatores, a subordinação é um processo que antecede e que acomoda a sujeição.

A sujeição dos produtores familiares aos interesses do capital agroindustrial no município de Pocinhos-PB é evidenciada em várias e diferentes situações, que se põem em exercício tanto pela subordinação direta como indireta. A subordinação direta se dá no âmbito das relações estabelecidas no processo produtivo em si, ou seja, pelas pertinências do processo de criação e engorda dos frangos. Já a subordinação indireta, se realiza no contexto da submissão da produção à circulação e envolvem as necessidades do capital agroindustrial de impor uma racionalidade produtiva, técnica e organizacional favorável a sua reprodução ampliada.

A subordinação direta tem como condição providencial a internalização das decisões nas empresas integradoras e se realiza, fundamentalmente, através das regras informais que servem ao funcionamento das relações de produção. Através dessas regras ocorre a imposição e a determinação de fatores e normas, que muitas vezes atende, necessariamente, as demandas da integradora.

No âmbito da subordinação indireta, observa-se que as imposições são construídas de forma gradativa através de um conjunto de práticas que atuam no sentido de

reestruturar o território de acordo com os interesses do capital agroindustrial. Conforme esse propósito, um dos fatores que evidenciam a subordinação do produtor familiar, é a sua transformação em empresários rurais.

Além de proposital aos novos movimentos circulatórios da produção, a transformação do produtor em empresário rural consiste em um mecanismo de submissão que serve a imposição de outros vetores do modo de produção agroindustrial. Assim, é também um instrumento para a subordinação da densidade técnica da produção, uma vez que é através dele que os produtores terão condições de se relacionar com as instituições bancárias e alcançar investimentos financeiros necessários para modernizar os sistemas de produção.

Dentro desse contexto, as pressões para que novos conteúdos técnicos sejam introduzidos na escala da produção agropecuária não ocorre de forma direta, mas consubstanciadas por medidas que fazem da modernização da base técnica uma necessidade fundamental. A subordinação dos produtores aos vetores tecnológicos ocorre, dessa forma, pela imposição de níveis elevados de produtividade, o que faz da modernização e do melhoramento da base técnica, uma necessidade permanente.

Em pesquisa realizada em 2016, verificou-se o aumento no uso dos sistemas automáticos e, principalmente, semiautomáticos de produção na avicultura de corte no município de Pocinhos. Os sistemas semiautomáticos combinam aparelhos (bebedouros, comedouros, fornos, etc.) manuais e automáticos, e, embora tidos como inovações na escala de produção agropecuária no município de Pocinhos, comparecem nos parâmetros mundiais para a avicultura como técnicas intermediárias, visto que a referência principal em termos de tecnologia são os sistemas totalmente automáticos.

Entre os anos de 2010 e 2016, período em que se acentua o domínio do capital industrial na avicultura pocinhense, constata-se uma redução de cerca de 27% no uso de aviários convencionais, isto é, aqueles operados manualmente. Essa redução está relacionada com o remodelamento parcial das estruturas técnicas, onde os sistemas semiautomáticos, por serem mais acessíveis do ponto de vista financeiro, tornam-se estratégicos na operabilidade da produção, que em face dos novos níveis de produtividade exigidos, emana condições mais modernas de realização. Em 2015, dos 212 aviários contabilizados em sistema de integração, 51,9% eram convencionais; 36,3% semiautomáticos; e 11,9% do tipo automático.

Essas mudanças na base técnica dos aviários viabilizam-se pela relação de subordinação que se constrói pelas necessidades de reprodução do capital agroindustrial em modernizar e ampliar a produção, e pelo empenho do produtor familiar em se adequar as novas condições de realização da produção. A possibilidade de modernizar a produção representa o aumento da produtividade, que corresponde, por sua vez, em uma oportunidade para ampliar a geração de renda, o que para o capital agroindustrial significa apropriar-se de uma parcela maior da renda da terra.

Diante destes aspectos, percebe-se que a sujeição da agricultura familiar ao capital agroindustrial está enraizada na relação de subordinação historicamente construída pelo processo de territorialização e expansão do capital avícola, que já inseriu o produtor familiar na lógica de produção do agronegócio da avicultura de corte como um agente sujeito; e conduzida pela intensificação da dependência das condições de reprodução social e econômica dos produtores ao sistema de integração.

Nestas condições, é possível perceber que a subordinação e a sujeição geram insatisfação, mas não geram resistências. A dominação do capital agroindustrial sobre os produtores e a produção é, ao mesmo tempo, social e econômica e, nestas condições, o enfretamento da subordinação não comparece para os agentes locais como apenas formas de luta, mas, sobretudo, como uma ameaça real a sua permanência no sistema de integração. Essa concepção dos produtores está presidida pelo fato de terem perdido o controle das condições de produção que servem a sua existência, o que conseqüentemente, os faz dependente dos agentes que detém o comando sobre eles.

Considerações finais

A reprodução ampliada do capital tem se valido de uma dominação multidimensional, que de forma abrasiva busca ajustar o circuito produtivo, o processo de trabalho e as relações sociais de produção à sua lógica de funcionamento. É através dessa dominação e dos seus desdobramentos na questão agrária, que insurgem as principais estratégias e condições de ação e sobrevivência do pequeno produtor familiar, seja pela resistência ou pela integração a racionalidade hegemônica.

Quando se trata da integração do produtor familiar ao modo capitalista de produção, das formas assumidas pelas relações sociais e das sociabilidades criadas, um ponto de partida explicativo importante é aquele que tem na necessidade de acumulação

e reprodução do capital a gênese dos processos de transformação. No município de Pocinhos-PB, em face da territorialização da avicultura de corte e da monopolização do território pelo capital agroindustrial, esses processos de transformação envolveram mudanças na organização territorial e nas relações sociais de produção.

Dessa forma, a intensificação do modo de produção capitalista no campo, através dos sistemas e estruturas produtivas da avicultura de corte e à luz de uma relação intensa e progressiva de subordinação, é produto, inicialmente, da submissão do camponês, o que representou a abertura contraditória e imperativa do território para o capital avícola. Em segundo lugar, é produto da sujeição e do ajustamento da agricultura familiar ao ambiente competitivo do mercado agroindustrial, que seguindo o curso da lógica do fortalecimento da estrutura capitalista do agronegócio da avicultura de corte no espaço agrário, fez dessa categoria social a principal porta de entrada para as novas determinações técnicas, organizacionais e produtivas.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona, v. X, n. 03, 2006.

ENGELBRECHT, Marise Rauber. A produção agrícola familiar no contexto do agronegócio: submissão e resistência. In: **Seminário Estadual de Estudos Territoriais**. Paraná, 2014. Disponível em <www3.uepg.br/seet/> Acesso em: 04/09/2015.

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. **Campo-Território**. S/1, v. 1, n. 2, p. 14-30, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. 398p. Tese (Livre Docência), Universidade Estadual Paulista- Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente prudente, 2013.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, SP**.

2000. 354 p. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20/12/2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal 2016**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 11/04/2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro**. 2004. 281p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Diânice Oriane da; HESPANHOL, Rosângela Aparecida Medeiros. A produção rural familiar em Jacarezinho-PR. **Campo-Território**. S/l, v.4, n. 7, p. 185-200, 2009.

TSUKAMOTO, Ruth Youko. Produtor familiar e a monopolização do território pelo capital industrial. **Geografia**. Londrina, v. 9, n. 2, p. 129-136, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 21, p. 42-61, 2003.

Recebido em 22/07/2017.

Aceito para publicação em 03/11/2018.